Elaboração do «Multilateral Controls Guide for Auditors» grupo de trabalho criado no âmbito do Programa Fiscalis — FPG40 — 2008.

Estudo e apresentação de propostas nas vertentes de plano e textos para exposição e, conceção e produção de brochura, subordinadas ao tema: «A corrupção, a fraude e o branqueamento de capitais» — fevereiro de 2007.

Análise de custos suportados pela DGCI e pela DGITA a imputar à Região Autónoma da Madeira e a suportar pela DRAF — dezembro de 2006.

Até fevereiro de 2003 esteve ainda envolvido em grupos de trabalho técnico de acompanhamento da execução de disposições de artigos de algumas convenções (CDT) celebradas por Portugal e de implementação ou análise de questões relacionadas com tributação internacional.

Informações complementares:

Formador da Direção-Geral dos Impostos — Centro de Formação, em temas relacionados com as Relações Internacionais, de momento no curso «As Convenções para Evitar a Dupla Tributação Internacional/Tributação Internacional nos Impostos Diretos».

Formador da OTOC — participação como formador em ação de formação subordinada ao tema «IRC» — dezembro de 2007 e de maio a outubro de 2009 na elaboração e acompanhamento de um plano de formação subordinado ao tema «O Modelo de Convenção Fiscal sobre o Rendimento e o Património».

Elaboração e compilação de manuais de formação subordinados ao tema «Convenções para Evitar a Dupla Tributação Internacional» para utilização em ações de formação na DGCI.

«O Modelo de Convenção Fiscal sobre o Rendimento e o Património» — manual de formação destinado à Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas — julho de 2009.

207616239

Despacho n.º 2714/2014

Para efeitos do n.º 2 do artigo 10.º do Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, reconhece-se à APEL — Associação Portuguesa de Editores e Livreros, NIF 500955840, com sede na Avenida Estados Unidos da América, 97, 6.º, esquerdo, 1700-167 Lisboa, a isenção de IRC nos termos e com a seguinte amplitude:

Categoria B — Rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;

Categoria E — Rendimentos de capitais com exceção dos provenientes de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;

Categoria F — Rendimentos prediais;

Categoria G — Incrementos patrimoniais.

Esta isenção aplica-se, em conformidade com o n.º 3 do artigo 65.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, a partir de 2012/01/01, ficando condicionada à observância continuada dos requisitos estabelecidos nas alíneas a), b), e c) do n.º 3 do artigo 10.º do Código do IRC, com as consequências, em caso de incumprimento, previstas nos n.ºs 4 e 5 deste artigo.

18 de setembro de 2013. — A Subdiretora-Geral dos Impostos, *Teresa Maria Pereira Gil*, por subdelegação (despacho n.º 11844/2013, de 19 de agosto).

307611719

Despacho n.º 2715/2014

Subdelegação de competências

Ao abrigo da autorização concedida pelos pontos I, n.º 1.3, II, n.ºs 1.2 e 2.2, IV, n.º 2 e V, n.º 2 do Despacho n.º 755/2014, de 21 de novembro de 2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12 de 17 de janeiro de 2014, subdelego nos diretores de serviços adiante mencionados, de acordo com os respetivos serviços e áreas, as seguintes competências que me foram subdelegadas:

1 — Na diretora de serviços da Direção de Serviços do Imposto Municipal sobre Imóveis (DSIMI), Dra. Maria Regina Campos Coimbra:

a) Apreciar e decidir exposições, requerimentos, queixas ou memoriais, solicitando o esclarecimento de dúvidas ou em que, sem fundamento legal seja pedida a dispensa ou a alteração da forma do cumprimento de obrigações fiscais, do pagamento de imposto ou de outros encargos tributários e aduaneiros;

b) Apreciar e decidir os pedidos de restituição de importâncias que tenham dado entrada nos cofres do Estado, no quinquénio anterior, sem direito a essa arrecadação, até ao limite de € 5 000;

c) Apreciar e decidir os pedidos de isenção do imposto municipal sobre imóveis (IMI) ou da contribuição autárquica, formulados nos termos das alíneas c), d), h), i), j), l), m) e n) do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;

d) Apreciar e decidir as propostas de anulação do imposto municipal sobre imóveis (IMI) ou da contribuição autárquica, até ao limite de € 5 000;

e) Apreciar e decidir os pedidos de revisão da matéria tributável previstos no artigo 78.º da Lei Geral Tributária;

f) Apreciar e decidir os recursos hierárquicos previstos nos artigos 66.º e 76.º do Código de Procedimento e do Processo Tributário, até ao montante de imposto contestado de € 250 000;

g) Apreciar e decidir os pedidos de informação vinculativa formulados ao abrigo do artigo 68.º da Lei geral tributária sempre que esteja em causa o esclarecimento de normas legais já objeto de sancionamento superior;

h) Arquivar os pedidos de informação vinculativa formulados por via eletrónica, ao abrigo do artigo 68.º da Lei Geral Tributária, quando não se encontrem reunidos os seus pressupostos legais para a sua apreciação e decisão;

i) Superintender na utilização racional das instalações afetas ao respetivo serviço, bem como na sua manutenção e conservação;

j) Velar pela existência de condições de higiene e segurança no trabalho;

k) Gerir, de forma eficaz e eficiente, a utilização, manutenção e conservação dos equipamentos;

l) Autorizar, nos termos da lei, os benefícios do estatuto do trabalhador estudante.

2 — Na diretora de serviços da Direção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, do Imposto de Selo, dos Impostos Rodoviários e Contribuições Especiais (DSIMT), Dra. Maria da Graça Meda Simões Ganilho:

a) Apreciar e decidir exposições, requerimentos, queixas ou memoriais, solicitando o esclarecimento de dúvidas ou em que, sem fundamento legal seja pedida a dispensa ou a alteração da forma do cumprimento de obrigações fiscais, do pagamento de imposto ou de outros encargos tributários e aduaneiros;

b) Apreciar e decidir os pedidos de restituição de importâncias que tenham dado entrada nos cofres do Estado, no quinquénio anterior, sem direito a essa arrecadação, até ao limite de € 5 000;

c) Apreciar e decidir os pedidos de revisão da matéria tributável previstos no artigo 78.º da Lei Geral Tributária;

d) Apreciar e decidir os recursos hierárquicos previstos nos artigos 66.º e 76.º do Código de Procedimento e do Processo Tributário, até ao montante de imposto contestado de € 250 000;

e) Apreciar e decidir os pedidos de informação vinculativa formulados ao abrigo do artigo 68.º da Lei Geral Tributária sempre que esteja em causa o esclarecimento de normas legais já objeto de sancionamento superior;

f) Arquivar os pedidos de informação vinculativa formulados por via eletrónica, ao abrigo do artigo 68.º da Lei Geral Tributária, quando não se encontrem reunidos os seus pressupostos legais para a sua apreciação e decisão;

g) Apreciar e decidir os pedidos de isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 8.º do respetivo Código, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, de valor igual ou inferior a € 300 000;

h) Apreciar e decidir os pedidos de isenção de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis nos casos previstos nas alíneas d), e), g), j), e l) do artigo 6.º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis;

i) Apreciar e decidir os pedidos de isenção do imposto municipal sobre veículos, nos casos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do respetivo Regulamento;

j) Apreciar e decidir os pedidos de isenção do imposto de circulação, nos casos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do regulamento dos Impostos de Circulação e Camionagem;

k) Apreciar e decidir os pedidos de isenção do imposto único de circulação, nos casos previstos na alínea b) do n.º 1 e na alínea b) do n.º 2, ambos do artigo 5.º do Código do Imposto Único de Circulação (IUC), aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho;

l) Superintender na utilização racional das instalações afetas ao respetivo serviço, bem como na sua manutenção e conservação;

m) Velar pela existência de condições de higiene e segurança no trabalho;

n) Gerir, de forma eficaz e eficiente, a utilização, manutenção e conservação dos equipamentos;

o) Autorizar, nos termos da lei, os benefícios do estatuto do trabalhador estudante;

3 — No diretor de serviços da Direção de Serviços das avaliações (DSA), Eng. Alfredo Serra Mendes:

a) Apreciar e decidir exposições, requerimentos, queixas ou memoriais, sempre que não esteja em causa interpretação de normas legais ainda não sancionada, solicitando o esclarecimento de dúvidas ou em que, sem fundamento legal seja pedida a dispensa ou a alteração da forma do cumprimento de obrigações fiscais;

b) Superintender na utilização racional das instalações afetas ao respetivo serviço, bem como na sua manutenção e conservação;

c) Velar pela existência de condições de higiene e segurança no trabalho;

d) Gerir, de forma eficaz e eficiente, a utilização, manutenção e conservação dos equipamentos;

e) Autorizar, nos termos da lei, os benefícios do estatuto do trabalhador estudante;

Este despacho produz efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, ficando, por este meio, ratificados todos os despachos entretanto proferidos no âmbito desta subdelegação de competências.

6 de fevereiro de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Lurdes da Silva Ferreira*.

207611095

Direção-Geral do Orçamento

Despacho n.º 2716/2014

Considerando que,

Os titulares dos cargos de direção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 68/2013, de 2 de agosto, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau correspondente a Chefe de Divisão da Conta das Administrações Públicas da Direção de Serviços de Análise e Finanças Públicas, do mapa de pessoal dirigente da Direção Geral do Orçamento;

Ponderados os resultados do procedimento concursal, face ao perfil revelado pela candidata confrontado com o exigido para o exercício do cargo a prover, o júri considerou em proposta fundamentada, que aqui se dá como integralmente reproduzida, que a candidata, Mestre Patrícia Margarida Floro Semião, reúne todos os requisitos legais e as melhores condições para o exercício do cargo.

Assim, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da lei supra identificada, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Chefe de Divisão da Conta das Administrações Públicas da Direção de Serviços de Análise e Finanças Públicas, a Mestre Patrícia Margarida Floro Semião, pertencente à carreira técnica superior de estatística do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Estatística, juntando-se nota relativa ao currículo académico e profissional da designada.

11 de fevereiro de 2014. — A Diretora-Geral, *Manuela Proença*.

Síntese curricular

Nome: Patrícia Margarida Floro Semião

Nacionalidade e data de nascimento: Portuguesa, 11 de maio de 1976. Habilitações académicas e profissionais: Mestrado em Economia, no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, com dissertação sobre o tema: “Os efeitos macroeconómicos do Investimento Público Central e Local: uma comparação internacional”, aprovada por unanimidade. Licenciatura em Economia pela Universidade do Algarve

Experiência profissional:

Desde junho de 2012: Chefe de divisão da Conta das Administrações Públicas na Direção de Serviços de Análise e Finanças Públicas da Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças) — Elaboração do Orçamento do Estado na ótica da Contabilidade Nacional; pareceres e notas metodológicas sobre possíveis impactos no saldo das Administrações Públicas, no âmbito do SEC95 e SEC2010.

De setembro de 2001 a dezembro de 2009 e de agosto de 2010 a maio de 2012: técnica superior de Estatística no Serviço das Administrações Públicas, tendo também exercido funções anteriormente no Serviço de Contas Regionais, no Departamento de Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística (INE) — elaboração das contas trimestrais das

Administrações Públicas; envolvimento no reporte do Procedimento dos Défices Excessivos ao Eurostat, contribuindo para a análise técnica e metodológica.

De janeiro de 2010 a julho de 2010: técnica superior no Gabinete de Estudos do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) — compilação de estatísticas mensais da dívida do subsector Estado; compilação dos juros da dívida do subsector Estado na ótica das Contas Nacionais.

De maio a 2000 a agosto de 2001: técnica superior de 2.º Classe na Associação de Municípios do Algarve.

De setembro de 1999 a agosto de 2000: Professora de Economia. De abril de 1999 a abril de 2000: Consultora júnior no âmbito do Programa InPME da Associação Industrial Portuguesa.

De agosto de 1998 março de 1999: Contabilista.

Formação profissional:

Junho 2013: *Course on Government Finance Statistics* — FMI, Washington DC.

Novembro 2007: Formação sobre Contas Financeiras das Administrações Públicas — Procedimento dos Défices Excessivos — Eurostat.

Abril de 2006: Formação sobre Contas Nacionais — Eurostat

207615818

Despacho n.º 2717/2014

Considerando que,

Os titulares dos cargos de direção intermédia de 1.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 68/2013, de 2 de agosto, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de direção intermédia de 1.º grau correspondente a diretor de serviços da Direção de Serviços de Apoio Funcional aos Sistemas Orçamentais, do mapa de pessoal dirigente da Direção-Geral do Orçamento;

Ponderados os resultados do procedimento concursal, face ao perfil revelado pelo candidato confrontado com o exigido para o exercício do cargo a prover, o júri considerou em proposta fundamentada, que aqui se dá como integralmente reproduzida, que o candidato, licenciado Alberto Rodrigo Velez Nunes, reúne todos os requisitos legais e as melhores condições para o exercício do cargo.

Assim, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da lei supra identificada, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de diretor de serviços da Direção de Serviços de Apoio Funcional aos Sistemas Orçamentais (DSAFSO), o licenciado Alberto Rodrigo Velez Nunes, pertencente à carreira técnica superior do mapa de pessoal da Direção-Geral do Orçamento, juntando-se nota relativa ao currículo académico e profissional do designado.

11 de fevereiro de 2014. — A Diretora-Geral, *Manuela Proença*.

Síntese curricular

Nome: Alberto Rodrigo Velez Nunes.

Data de nascimento: 22 de dezembro de 1969.

Habilitações literárias: licenciatura em Economia pela Universidade Lusíada, em 1994.

Experiência profissional mais relevante:

Desde 2013 até à data — Diretor de Serviços de Apoio Funcional aos Sistemas Orçamentais;

De 2008 até final de 2012 — Diretor da equipa de projetos RIGORE (ERIGORE) — Estrutura flexível da Direção-Geral do Orçamento, responsável pela definição dos requisitos funcionais e validação do novo sistema central de informação orçamental e financeira da DGO e de suporte à prestação de contas do Estado (RIGORE Central). Neste âmbito destaca-se a coordenação do desenvolvimento da solução de consolidação de contas da Administração Central, na ótica orçamental e financeira, extensível ao conjunto das Administrações Públicas, assim como do desenvolvimento, com recurso a ferramenta de *business intelligence*, de instrumentos e indicadores de análise orçamental e patrimonial transversais a toda a Administração Central e respetivos instrumentos de relato que exigiu a transição para um novo paradigma de integração de informação orçamental e financeira, em base digráfica, proveniente dos *softwares* contabilísticos dos serviços e fundos autónomos e a inerente emissão de instruções para a compatibilização dos diversos referenciais contabilísticos vigentes no universo da Ad-